

COMISSÃO DO TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 6.613 DE 2009 (Supremo Tribunal Federal)

Altera dispositivos da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências.

EMENDA Nº

Acrescente-se o seguinte § 3º ao Art. 4º da Lei 11.416, de 15 de dezembro de 2006:

“Art. 4º.....

§ 3º. Aos ocupantes do cargo da Carreira de Analista Judiciário – Área Apoio Especializado, Especialidades: Medicina e Odontologia, será assegurada a jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais.”

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo consolidar, na Lei própria, entendimento esposado pela Suprema Corte no sentido de aplicar a jornada de trabalho de 4 (quatro) horas diárias aos servidores públicos federais da área médica, dentre os quais se enquadram os integrantes dos quadros do Poder Judiciário da União.

Confira precedente do Supremo Tribunal Federal:

“CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MÉDICOS: JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO. D.L. 1.445/76, art. 14. Lei 9.436, de 05.02.97, art. 1º. Lei 8.112, de 11.12.90, art. 19, § 2º. I. - A jornada diária de trabalho do médico servidor público é de 4 (quatro) horas. Decreto Lei 1.445/76, art. 14. Lei 9.436/97, art. 1º. II. - Normas gerais que hajam disposto a respeito da remuneração dos servidores públicos, sem especificar a respeito da jornada de trabalho dos médicos, não revogam a

norma especial, por isso que a norma especial afasta a norma geral, ou a norma geral não revoga nem modifica a norma especial. III. - Mandado de segurança deferido.” (STF – MS 25027/DF – Tribunal Pleno – Rel. Min. Carlos Velloso – j. 19/05/2005)

No mesmo sentido, o Plenário do Conselho Nacional de Justiça, a quem cabe o controle administrativo do Poder Judiciário (CF, art. 103-B, § 4º), já decidiu nos seguintes termos:

CONSULTA. JORNADA DE TRABALHO. MÉDICOS DO PODER JUDICIÁRIO.

- Os servidores médicos do Poder Judiciário da União devem cumprir jornada de trabalho de 4 horas diárias, em virtude do disposto na Lei nº 8112/90 e na Lei nº 9436/97.
- Os Tribunais de Justiça deverão disciplinar a jornada de trabalho dos servidores médicos dos seus quadros de pessoal, limitados às legislações existentes sobre a matéria em cada Estado, quando houver.

Merece ressaltar que a Constituição Federal 1988, mais precisamente o art. 37, inciso XVI, estabelece, como regra, que é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos. Contudo, no mesmo dispositivo, caminhou bem o legislador constituinte derivado ao ressaltar determinados casos, permitindo, a partir da Emenda Constitucional n. 34/2001, a acumulação de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde.

Com efeito, antes da promulgação da referida emenda à Carta Magna, a ressalva abrigava tão-somente a acumulação de dois cargos privativos de médicos, mas a alteração no texto constitucional denota a nítida intenção de conceder tratamento isonômico aos profissionais com área de atuação congênere, lançando mão do Princípio da Isonomia ao autorizar a acumulação remunerada de dois cargos da área de SAÚDE, e não só médica.

Com isso, a vontade soberana da Lei Maior merece ser acolhida na legislação infraconstitucional, reconhecendo a jornada diária de trabalho de 4 (quatro) horas aos profissionais que podem acumular cargos ou funções, sob pena de tornar sem efeito o desejo dos parlamentares que se debruçaram sobre o assunto, participaram de longa e profícua discussão, e aprovaram a Emenda Constitucional n. 34/2001, pois falar em acumulação de cargos públicos sem conceder jornada reduzida a esses profissionais é absurdo e inócuo frente aos fins pretendidos pela Constituição Federal.

Assim sendo, esta é uma ótima oportunidade de o Parlamento Federal fazer valer o preceito constitucional em comento, estabelecendo que não só os médicos, mas também os dentistas integrantes das carreiras do Poder Judiciário da União, por possuírem funções análogas e importantíssimas na preservação da saúde dos servidores, para bem servirem à sociedade brasileira.

Ciente de que a presente emenda traz ao debate relevante ponto das Carreiras do

Poder Judiciário da União, conclamamos os nobres pares a aprová-la.

Sala das Comissões, março de 2010.

JOFRAN FREJAT
Deputado Federal – PR/DF